

Anexo 5 - PRESERVAÇÃO, TOMBAMENTO E PLANO DIRETOR (2.005)

Preservação, tombamento e Plano Diretor (2.005)

O processo de preservação através da administração pública municipal e estadual, teve início em 1.981, com a execução das obras de restauração dos prédios da Igreja Matriz de Nossa Senhora de Natividade e da Capela de São Benedito tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico Cultural do Estado de Goiás.

a) Tombamento – Iphan

As construções do Centro Histórico da atual Natividade compõem o Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da cidade de Natividade, o qual está tombado como patrimônio nacional, de acordo com Decreto Lei nº 25, de 30/11/1.937, a partir do reconhecimento de sua importância, sobretudo de seu núcleo urbano (século XVIII). O Processo de Tombamento do Iphan, de número 1.117-T-84, foi realizado na década de 1.980, tendo sido concluído e inscrito nos Livros de Tombo Histórico do governo federal em 16/10/1.987 (vol. 2, folhas 05, nº 519); Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (folhas 55, nº 14 nº 590). São quase 260 construções inscritas nestes Livros. Fazendo parte do núcleo histórico, segundo consta na parte intitulada “Condições de parcelamento e implantação. Características arquitetônicas”. Dentre elas, a casa ocupada entre 1.809 e 1.815 pelo ouvidor-geral Joaquim Theotônio Segurado, consagrado como idealizador do estado do Tocantins (PLANO DIRETOR, 2.005, pgs. 25 – 28).

Na década de 1.990 foram realizadas obras de restauro e de estabilização da ruína da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos pelo Sphan/Pró-Memória. O arco da ruína foi estabilizado através do sistema de viga invertida de concreto armado. As laterais da ruína foram estabilizadas com alvenaria de tijolo através do processo de intervenção em monumentos, conhecido por anastilose pela ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O centro tombado tem passado por várias obras de urbanização e/ou recuperação, dos quais se destacam praças, igrejas, casarios, ruas.

b) Programa Monumenta

O Monumenta é um programa estratégico do Ministério da Cultura. Seu conceito é inovador e procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em 26 cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan. Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos.

O Programa, que conta com financiamento do BID e o apoio da Unesco, procura garantir condições de sustentabilidade do patrimônio com a geração de recursos que alimentam o Fundo de Preservação para o equilíbrio financeiro das atividades desenvolvidas e que mantenham conservados os imóveis da área do projeto.¹

No ano de 1.998 foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica para a execução do Programa Monumenta entre o Ministério da Cultura e a Unesco. Este conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e objetiva garantir condições de sustentabilidade do Patrimônio.

O Programa procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e se propõe a atuar de forma integrada em cada um destes locais, *promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto.*² Deve ser desenvolvido de forma integrada:

¹ Monumenta restaura locais históricos de Natividade-TO, disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13605&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>>. Última consulta: abril 2008.

² Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=199>. Última consulta em abril 2008.

O Monumenta é implementado nas cidades a partir da assinatura de convênios firmados entre o Ministério da Cultura, prefeituras e/ou estados, mediante o qual se estabelecem as atribuições de cada uma das partes, os valores a serem repassados e os prazos de execução das obras ³.

O município de Natividade passou a integrar o Programa em 1.999, ainda que o início efetivo do mesmo tenha se dado no ano seguinte. As ações do mesmo têm sido fundamentais para a sua ourivesaria através da aprovação, em 2.004, pelo Programa Monumenta, do Projeto de Apoio às Jóias Artesanais de Natividade, uma ação [...] *paralela ao projeto de restauração do patrimônio histórico* (IPHAN/MONUMENTA, 2.006, pg. 29).

Este vem atuando no que toca ao centro urbano tombado, assim como no que diz respeito a imóveis privados, como pode ser conferido a seguir:

OBRAS EM MONUMENTOS: Igreja Nossa Senhora da Natividade, Centro de Artesanato e Apoio Turístico, Casa de Cultura Amália Hermano Teixeira.

OBRAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS: Praça do Largo da Matriz, Praça das Bandeiras, Praça das Ruínas, Praça Leopoldo de Bulhões, Praça da Igreja São Benedito, Arruamento.

Obras em imóveis privados: 28 obras concluídas; 33 obras em andamento; 03 propostas em análise. ⁴

Destaque-se que a ação de financiamento para a recuperação de imóveis privados - parte do Componente Investimentos Integrados em Áreas de Projetos – foi associada ao Programa Monumenta em 2.004, através de convênio assinado entre o Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal. Em 2.006, a seleção pública de imóveis privados atingiu vinte e seis cidades brasileiras, com a classificação de oitocentos e noventa e dois imóveis. Resultado da metodologia de planejamento participativo junto à comunidade de Natividade, o financiamento a imóveis privados foi eleito como a ação prioritária na

³ Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=199>. Última consulta em abril 2008

⁴ Informações fornecidas em entrevista realizada em dezembro de 2.007, por Simone Camelo Araújo do Programa Monumenta em Natividade.

implantação do Monumenta na cidade, o que ofereceu à experiência seu caráter de Projeto Piloto.

c) Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável (2.005)

O Plano Diretor da cidade foi realizado em parceria entre o Governo do Estado de Tocantins e a Prefeitura Municipal de Natividade e finalizado em maio de 2.005.

Planos Diretores têm como objetivo orientar as ações do poder público visando a compatibilizar os interesses coletivos, garantir de forma mais justa os benefícios da urbanização, os princípios da reforma urbana, direito à cidade e à cidadania, estabelecer e organizar seu crescimento, seu funcionamento, seu planejamento territorial e orientar as prioridades de investimentos a partir de uma gestão democrática da cidade. No Estatuto das Cidades é definido como instrumento básico para orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município. Trata-se de uma lei municipal elaborada pela Prefeitura, com a participação da sociedade civil. É obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes que sejam integrantes de regiões metropolitanas. É voltado principalmente para áreas de interesse turístico ou que estejam situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país.

Em Natividade o Plano Diretor:

[...] consubstancia os resultados dos trabalhos realizados para a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em apoio à Gestão Ambiental do Município de Natividade, conforme estabelecido pelo contrato nº 239/2004, firmado entre a Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente do Estado do Tocantins – SEPLAN e a Ca & Co - Camargo & Cordeiro Consultores Associados s/c Ltda, finalizado em 01 de dezembro de 2.004 ...

Nas diferentes etapas de sua elaboração participaram o poder público, a iniciativa privada e a sociedade organizada, em uma construção coletiva, apresentada como o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Natividade:

Este conjunto de documentos deverá ser capaz de orientar as ações públicas e privadas no sentido de promover o desenvolvimento de Natividade, dentro de uma visão de desenvolvimento sustentável da região, com resultado efetivo na melhoria das condições de vida de todos os nativitanos.

No sentido de se melhor visualizar a trama social que envolveu o processo até se chegar à presente solicitação de registro, apresenta-se uma cronologia dos principais eventos ocorridos em Natividade.